CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE: O CASO DOS PROFESSORES DE SOCIOLOGIA DE CAMPINAS (SP)

Ana Lucia Lennert – FE/UNICAMP - analucia.lennert@gmail.com [1]

A pesquisa se propõe analisar o mercado de trabalho, relações e condições de trabalho dos professores de Sociologia, no nível médio, de escolas públicas localizadas na cidade de Campinas (SP). Tem-se como contexto o lugar da Sociologia nos currículos escolares, nas últimas três décadas, no Brasil e no estado de São Paulo. Nesse período, a disciplina apresenta-se de maneira inconstante, segundo o momento histórico e político. A pesquisa parte da análise de documentos e legislação referentes ao ensino de Sociologia, especialmente as conseqüências da Resolução do Conselho Nacional de Educação no. 04/2006, que inclui a disciplina como obrigatória no currículo do nível médio das escolas públicas e privadas de todo o país, e as implicações da posição adotada pelo estado de São Paulo, contrária à Resolução do CNE (Indicação CEE no. 62/2006). É preciso ressaltar que esses dispositivos legais relacionam-se a contextos sociais e políticos mais amplos, inclusive às formas de organização e mobilização daqueles envolvidos com a presença da disciplina nas escolas. A contextualização do *lócus* da Sociologia, a partir do foco de atenção na cidade de Campinas, permite levantar algumas hipóteses referentes ao trabalho docente como, por exemplo, a da existência de poucos professores de Sociologia na rede pública de ensino e a de que esses professores possuem contratos de trabalho temporários, ministrando disciplinas fora da sua área de formação. Essas hipóteses são cotejadas com dados estatísticos das Diretorias de Ensino dessa cidade e do Ministério da Educação, com o objetivo de submetê-las a verificação. A fundamentação teórica possibilita melhor compreender as relações e condições de trabalho vivenciadas pelos professores de Sociologia, de nível médio, inscrevendo-as na conjuntura política, social e cultural de hoje e nas transformações do mundo do trabalho (Harvey, Bauman, Castel, Sennett).

[1] Departamento de Ciências Sociais na Educação Faculdade de Educação/Caixa Postal no. 6120 Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP 13083-865, Campinas, SP, Brasil

Nas últimas três décadas, a Sociologia apresenta-se de maneira inconstante, segundo o momento histórico e político. A seguir, descreveremos documentos e legislação referentes ao ensino de Sociologia, a partir da década de 80, levando em consideração às formas de organização e mobilização daqueles envolvidos com a presença da disciplina nas escolas.

Em 1983, no estado de São Paulo, na gestão de Franco Montoro (PMDB), foram estabelecidas as diretrizes para reorganizar o nível médio, frente o questionamento e a reformulação da legislação educacional (de 1971) que propunha a profissionalização compulsória dos jovens estudantes desse nível de ensino. Nesse processo, foi aprovado um dispositivo legal que recomendava a inclusão da Sociologia (da Filosofia e Psicologia) na parte diversificada do currículo (Resolução SE no. 236/83). A partir dessa recomendação, houve um intenso debate pedagógico promovido pelos sindicatos (dos sociólogos, SINSESP e dos professores de São Paulo, APEOESP), associação dos sociólogos (ASESP) e instâncias governamentais (Coordenadorias de Estudos e Normas Pedagógicas, CENP e Divisões Regionais de Ensino, DRES) (Machado, 1987) que logrou algumas conquistas, como: a realização do primeiro concurso para provimento de cargo de professor de Sociologia no estado de São Paulo (1986) [2] e a elaboração da Primeira Proposta Curricular de Sociologia (CENP, 1986). Segundo Moraes (2003), em 1985, 25% das escolas públicas estaduais tinham Sociologia nos seus currículos.

Em 1992, foi escrita a Segunda Proposta Curricular e nos anos 93 e 94 aconteceu o segundo concurso para professor de Sociologia e a posse dos aprovados. Entretanto, desde os anos 90 o número de escolas com Sociologia "têm diminuído drasticamente, a ponto de não terem sido feitos novos concursos para o cargo" (Moraes, 2003).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394, artigo 36, inciso III) indicou a possibilidade de inclusão da Sociologia nos currículos escolares[3]. Retomou-se a discussão nos sindicatos, dos professores e sociólogos, e nas universidades.

[2] Embora fossem apenas 19 vagas, houve uma revitalização do debate em torno do ensino da disciplina.
[3] A LDB 9394/96 afirma em seu artigo 36, inciso III – "domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania"

Em 2000, foi enviado ao Congresso um Projeto de Lei (PLC 9/00, de autoria do deputado federal Padre Roque, do PT/PR) que propunha a inclusão, em caráter obrigatório, da Sociologia e da Filosofia no ensino médio. No ano seguinte, esse projeto foi vetado pela Presidência da República (Fernando Henrique Cardoso, PSDB), sob o argumento de que os conhecimentos sociológicos poderiam ser tratados em outras disciplinas, não havendo necessidade de inclusão da Sociologia como disciplina na matriz curricular; e também de que não havia recursos financeiros e professores qualificados em número suficiente para implementação de tal medida (questionaremos tal argumento posteriormente). Em 2001, um Projeto de Lei estadual, que versava sobre o mesmo tema (0790/1999, de autoria do deputado Jamil Murad, PC do B) foi vetado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), sob as seguintes justificativas: de preservar a autonomia do Estado e das escolas na decisão de suas matrizes curriculares; de que a Sociologia não aparecia como componente curricular obrigatório na LDB de 1996, não havendo, portanto, necessidade de sua inclusão como disciplina obrigatória na grade curricular; e de que os conhecimentos sociológicos poderiam ser obtidos por meio de outras disciplinas e sem a necessidade de professores formados na área.

Diante da contínua pressão dos envolvidos com a questão da obrigatoriedade da Sociologia, o Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CEB no. 4/2006), em agosto de 2006, tornou obrigatório o ensino de Sociologia no nível médio, tanto na rede pública como na privada e deu o prazo de um ano para que os estados que ainda não tivessem adotado a decisão pudessem se adequar. No entanto, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo (Indicação CEE no. 62/2006) colocou-se contrário à decisão, ao menos no ano de 2007, sob o (mesmo) argumento de que a medida interferia na autonomia dos sistemas de ensino e das unidades escolares e de que precisaria verificar a quantidade de "recursos humanos" e financeiros necessários à implementação com qualidade. Dessa maneira, a disciplina de Sociologia continuou como opcional na 3ª. série do ensino médio, podendo ser substituída por Filosofia ou Psicologia (Resolução SE 6, de 28-1-2005). Isto é, a presença de Sociologia não estava garantida nos currículos escolares. Tal situação permaneceu até 2008, quando a Secretaria de Educação do estado de São Paulo (Resolução SE -92, de 19-

12-2007) "suspendeu" Sociologia da grade curricular, substituindo-a pela disciplina de Apoio Curricular. Diante da mobilização de professores e sindicatos (sociólogos e professores), a Secretária da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, assinou uma carta compromisso (abril de 2008) para incluir Sociologia novamente em 2009. Aguardamos os desdobramentos da questão.

Considerando a instabilidade da disciplina nos currículos e a baixa demanda por professores de Sociologia no estado de São Paulo, colocam-se algumas questões: como as mudanças no mundo do trabalho, especialmente a partir da década de 80, com a chamada flexibilização do trabalho, afetou esse grupo já bastante vulnerável? Os professores de Sociologia são um grupo precarizado, vulnerável em relação ao conjunto dos trabalhadores brasileiros, dos professores de outras disciplinas e ou níveis de ensino? Quais as estratégias que utilizam para se inserirem e continuarem no mercado de trabalho no campo do ensino?

Os professores de Sociologia possuem melhores condições do ponto de vista salarial e de direitos vinculados ao trabalho do que o conjunto dos trabalhadores brasileiros[4], porque se inserem (ou deveriam se inserir) no conjunto dos professores do ensino médio os quais recebem salários comparativamente maiores do que os trabalhadores (população ocupada), além de apresentarem um nível mais baixo de informalidade (trabalho sem carteira). Segundo dados da PNAD/IBGE, do ano de 2004, a renda média do professor de ensino médio, no Brasil, é de 1.139,21 e a renda mediana: 1.000,00 (reais); enquanto a taxa de informalidade do professor de ensino médio, nesse mesmo ano, é de 14%. Já a renda média do trabalhador brasileiro: 705,08 e a renda mediana: 400,00 (reais); e a taxa de informalidade: 18,3%. Esse grupo também recebe melhores salários do que os professores da educação infantil (749,81 e 669,00 reais) e do ensino fundamental 1ª. a 4ª. (827,03 e 700,00 reais), para ficarmos somente com dois exemplos. E apresenta uma taxa de informalidade semelhante (ensino médio: 14%, educação infantil: 16,3% e ensino fundamental de 1ª. a 4ª.: 13,9%), segundo dados PNAD/IBGE, de 2004. Os professores do ensino médio, segundo a mesma fonte de dados, estão em uma posição

[4] Denominados como população ocupada pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, PNAD, promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

desfavorável apenas quando comparado aos professores do ensino superior, que percebem salários maiores (2.763,61, renda média e 2.220,00 renda mediana, em reais), além de apresentarem uma taxa de informalidade menor (11%) (PNAD, Brasil, 2004).

Renda população ocupada, professor da educação infantil, professor do ensino fundamental (1ª. A 4ª.) e professor do ensino médio, Brasil, 2004.

	Renda média (em reais)	**Renda mediana (em reais)**
População Ocupada	705,08	400,00
Professor educação infantil	749,81	669,00
Professor ensino fundamental (1ª. A 4ª)	827,03	700,00
Professor ensino médio	1.139,21	1.000,00
Professor ensino superior	2.763,61	2.220,00

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração Própria.

Taxa de informalidade população ocupada, professor da educação infantil, professor do ensino fundamental (1ª. A 4ª.) e professor do ensino médio, Brasil, 2004.

População Ocupada	**Taxa de informalidade (%)**
Professor educação infantil	18,3
Professor ensino fundamental (1ª. A 4ª)	16,3
Professor ensino médio	13,9
Professor ensino superior	14,0
População Ocupada	11,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração Própria.

No entanto, o grupo dos professores de Sociologia é mais vulnerável do que o conjunto dos professores do ensino médio, por apresentar um

maior percentual de contratos temporários e sem registro em carteira (os chamados professores eventuais), como veremos a seguir.

A contextualização do *lócus* da Sociologia, bem como das transformações no mundo do trabalho, com o forte desemprego de jovens escolarizados em diferentes campos do conhecimento, o crescimento do mercado de trabalho informal e a precarização das relações de trabalho (mudanças na forma de contratação, perda de direitos vinculados ao trabalho, como: 13º, férias, licença saúde e maternidade, etc.), permite levantar algumas hipóteses referentes ao trabalho do professor de Sociologia, com foco em Campinas (SP): a primeira, de que existem poucos professores de Sociologia trabalhando nas escolas públicas dessa cidade; a segunda é a de que os professores de Sociologia em exercício possuem contratos de trabalho temporários, ministrando disciplinas fora de sua área de formação; a terceira, de que a profissão "professor de Sociologia", assim como a de professor, é uma profissão predominantemente feminina; a quarta e última, a da falta de professores de Sociologia após a implementação da disciplina em todo o país, particularmente no estado de São Paulo e em Campinas.

Os dados levantados nas Diretorias de Ensino[5] do município parecem confirmar a primeira hipótese: de um total de 2.640 professores pertencentes à Diretoria de Ensino Leste, no ano de 2006, somente 16 professores (o equivalente a 0,6%) ensinam Sociologia. Na Diretoria de Ensino Oeste, em 2007, apenas 17 professores (0,7%) dos 2.446 professores de 5ª. a 8ª. Série (PEB II) e ensino médio são professores da disciplina.

Número de professores da Diretoria de Ensino Leste. Campinas. 2006.

Professores Diretoria de Ensino Leste	**No.**
Professores	2624
Professores de Sociologia	16
Total	2640

5 A cidade de Campinas é dividida em 2 Diretorias de Ensino: Leste e Oeste.

Fonte: Diretoria de Ensino Campinas Leste. Elaboração Própria.

Número de professores da Diretoria de Ensino Oeste. Campinas. 2007.

Professores Diretoria de Ensino Oeste	**No.**
Professores PEBII (5ª. a 8ª.)	2469
Professores de Sociologia	17
Total	2446

Fonte: Diretoria de Ensino Campinas Oeste. Elaboração Própria.

Outra hipótese é a de que os professores de Sociologia empregados possuem contratos temporários, ministrando disciplinas fora de seu campo de formação. Podemos verificar a quantidade de professores de Sociologia e os tipos de contrato da Diretoria de Ensino Leste, do ano de 2006: de um total de 16 professores de Sociologia, 13 são Ocupantes de Função Atividade (OFA) ou Professores Temporários e apenas 03 efetivos. Na Diretoria de Ensino Oeste, no ano de 2007, dos 17 professores 16 são OFA ou temporários e somente 01 é estável[6]. Não existe nenhum professor de Sociologia efetivo trabalhando nessa Diretoria. Durante a pesquisa de campo, encontramos professores exercendo outras atividades além do ensino (dono de confecção, funcionário de empresa de construção civil, presidente de ONG, revendedores de cosméticos), como forma de assegurar uma renda mensal, devido à falta de estabilidade no trabalho, e também como forma de complementar a renda, dada à quantidade insuficiente de aulas que obtêm como professores temporários.

Situação contratual dos professores de Sociologia da Diretoria de Ensino Leste. Campinas. 2006.

Diretoria de Ensino Leste

6 Por força de disposição transitória da Constituição Federal de 1988 (artigo 19 do ADCT), foram declarados estáveis os servidores públicos civis da União, Estados e Município que, na data da promulgação da Constituição (5/10/88), contassem com pelo menos 5 anos continuados de exercício. Essa é a chamada estabilidade excepcional. (Manual do Professor Apeoesp, março de 2007).

Situação contratual dos professores de Sociologia	**Mulheres**	**Homens**	**Total**
Efetivo	1	2	3
Estável	-	-	-
OFAS	10	3	13
Total	11	5	16

Fonte: Diretoria de Ensino Campinas Leste. Elaboração Própria.

Situação contratual dos professores de Sociologia da Diretoria de Ensino Oeste. Campinas. 2007.

Diretoria de Ensino Oeste			
Situação contratual dos professores de Sociologia	**Mulheres**	**Homens**	**Total**
Efetivo	-	-	-
Estável	-	1	1
OFAS	2	14	16
Total	2	15	17

Fonte: Diretoria de Ensino Campinas Oeste. Elaboração Própria.

Os professores de Sociologia em Campinas precisam ministrar outras disciplinas para se inserirem ou se manterem no mercado de trabalho. Esse dado pôde ser verificado a partir da pesquisa de campo. No ano de 2008, com a suspensão da Sociologia da grade curricular (Resolução SE-92, de 19-12-2007), todos os professores, formados em Sociologia, estão ministrando as disciplinas de História, Geografia e Ensino Religioso no ensino fundamental (de 5ª. a 8ª. série). Segundo a legislação[7], professores de Sociologia não podem ministrar História e Geografia no ensino médio. Nesse sentido, muitos professores fizeram (ou fazem) outra graduação (regular ou complementação) para poderem lecionar nesse nível de ensino (e também em outros níveis e modalidades). A legislação referente ao processo de atribuição de aulas também nos leva a afirmar que os

7 A Portaria DRHU 12/99, da Diretoria de Ensino de Campinas, baseada na Lei no. 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Resolução CNE/CP no. 2/97, Lei Complementar no. 444/85 e Lei Complementar no. 836/97 estabelece critérios para atribuição de classes e aulas a docentes e candidatos à docência, em conformidade com a habilitação exigida para cada componente curricular.

professores exercem outras atividades além do ensino, uma vez que não conseguem um número de aulas suficiente para se manterem (como vimos acima, temos professores trabalhando em ONG, confecção, empresa de construção civil, revenda de cosméticos, etc.). No processo de atribuição de aulas, a prioridade é para os formados e estudantes de graduação na área, somente depois os professores de Sociologia aparecem como opção.

Segundo o Censo Escolar do Ministério da Educação – MEC de 2003[8] 440 (3,7%) dos 11.726 professores de História da rede pública do estado de São Paulo são formados em Ciências Sociais ou Sociologia. E 467 (4,3%) dos 10.831 professores de Geografia são formados em Ciências Sociais ou Sociologia. Esse é um dado significativo se consideramos que somente 25,8% dos professores de Geografia da rede pública estadual de São Paulo são formados na área específica da disciplina. O que significa dizer que para cada 06 professores formados em Geografia, temos 01 professor formado em Ciências Sociais ou Sociologia. E apenas 33,1% dos professores de História da mesma rede são formados no curso de História. Utilizando o mesmo raciocínio temos para cada 09 professores licenciados em História, 01 professor formado em Ciências Sociais ou Sociologia ministrando aulas de História. Isso nos possibilita considerar a atuação desses professores em disciplinas fora de sua formação específica.

Número de professores da Educação Básica que ministram a disciplina História, por curso de graduação concluído – São Paulo.

	Total	**História**	**Pedagogia/**	**Geografia**	**Estudos Sociais**	**Ciências Sociais/**	**Filosofia**	**Outros**	**Não Informad**	**Sem grad.**
Pública Federal	8	5					1	2		
Pública Estadual	11.726	3.885	1.183	1.991	961	440	330	343	1.924	669
Pública	3.597	846	834	350	178	138	103	216	590	342

[8] O Censo do MEC de 2003 não trabalha com a disciplina de Sociologia isoladamente, como o faz para Língua Portuguesa ou Literaturas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Língua Inglesa, Educação Física, Biologia, Física e Química.

Municipal										
Subtotal Pública	15.331	4.736	2.017	2.341	1.139	578	434	561	2.514	1.011
Privada	3.331	818	825	215	145	164	59	298	499	308
Total	18.662	5.554	2.842	2.556	1.284	742	493	859	3.013	1.319

Fonte: MEC/INEP – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, 2003. Elaboração própria.

Obs.: O mesmo profissional do magistério pode ministrar mais de uma disciplina.

Para o profissional do magistério com mais de um curso superior do foi selecionado apenas um curso, obedecendo a seguinte ordem: 1) História; 2) Pedagogia/Ciências da Educação; 3) Geografia; 4) Estudos Sociais ; 5) Ciências Sociais/Sociologia ; 6) Filosofia ; 7) Outros cursos.

Número de professores da Educação Básica que ministram a disciplina Geografia, por curso de graduação concluído – São Paulo.

	Total	**Geografia**	**Pedagogia/**	**História**	**Estudos Sociais**	**Ciências Sociais/**	**Letras/ Literatura/**	**Outros**	**Não Informad**	**Sem**
Pública Federal	6	4	1					1		
Pública Estadual	10.831	2.795	949	2.811	1.066	467	80	268	1.757	638
Pública Municipal	3.374	562	760	491	250	151	71	166	596	327
Subtotal Pública	14.211	3.361	1.710	3.302	1.316	618	151	435	2.353	965
Privada	3.138	608	741	375	165	166	69	242	487	285

Total	17.349	3.969	2.451	3.677	1.481	784	220	677	2.840	1.250

Fonte: MEC/INEP – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, 2003. Elaboração própria.

Obs.: O mesmo profissional do magistério pode ministrar mais de uma disciplina.

Para o profissional do magistério com mais de um curso superior do foi selecionado apenas um curso, obedecendo a seguinte ordem: 1) Geografia, 2) Pedagogia/Ciências da Educação, 3) História.

A terceira hipótese é a de que a profissão "professor de Sociologia", assim como a de professor, é uma profissão predominantemente feminina. Segundo Pesquisa por Amostragem de Domicílios (PNAD) elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, em 2004, a quantidade de professoras (78%) é maior do que a de professores (22%). No caso do ensino médio (onde deveriam estar inseridos os professores de Sociologia) essa diferença é de 30,3% de professores e 69,7% de professoras. Em Campinas, no ano de 2004, temos 67,1% de professoras e 32,9% de professores, e no ensino médio, 70,7% de professoras e 29,3% de professores. Entretanto, de acordo com os dados fornecidos pelas Diretorias de Ensino de Campinas, não podemos afirmar que existe uma relação entre docência de Sociologia e maior presença de mulheres (o que se convencionou chamar de feminização, Lopes, 1991 e Enguita, 1991).

Distribuição percentual dos professores por sexo e unidade geográfica. 2002 e 2004.

	2004			
	Professores		**Professores ensino médio**	
	H	**M**	**H**	**M**
Brasil	22	78	30,3	69,7
São Paulo	24,7	75,3	28,5	71,5
Campinas	32,9	67,1	29,3	70,7

Fonte: IBGE/ PNAD 2002 e 2004. Elaboração própria.

Na Diretoria de Ensino Leste, no ano de 2006, dos 16 professores de Sociologia, 11 são mulheres e 05 homens. Na Diretoria de Ensino Oeste, em 2007, dos 17 professores de Sociologia, 15 são homens e 02 mulheres. O que não parece nos indicar uma relação entre docência de Sociologia e predominância do sexo feminino. Também não encontramos nenhuma relação entre condições de trabalho e sexo. Dos 16 professores de Sociologia da Diretoria Leste, somente 03 professores são efetivos, sendo 02 homens e 01 mulher, o restante é formado por OFA ou temporários (10 mulheres e 03 homens). Na Diretoria de Ensino Oeste, somente 01 professor homem é estável, os outros 16 (14 homens e 02 mulheres) são OFA ou temporários. Nesse sentido, podemos afirmar que, independente do sexo, a maioria dos professores de Sociologia trabalha com contrato por tempo determinado. Esses professores não são efetivos ou estáveis, devendo a cada ano que se inicia cadastrarem-se na(s) Diretoria(s) de Ensino para concorrerem à atribuição de aulas de Sociologia e/ou outras disciplinas.

Segundo Castel (1999), há uma relação bastante importante entre o trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção, que amparam os homens diante dos problemas sociais e de emprego.

O autor de "As metamorfoses da questão social" partindo do emprego como suporte privilegiado de inserção na estrutura social, nos mostra três grupos de indivíduos: o dos trabalhadores estáveis, inseridos na sociedade por meio de seu trabalho; o dos excluídos ou dos "inúteis para o mundo", que são aqueles sem trabalho, sem seguridade, sem bens garantidos e vínculos estáveis, e por esta razão sem consideração e participação na vida cívica e política; e o daqueles "vulneráveis", que estão em uma posição intermediária e instável, conjugando trabalho precário e fragilidade nas redes de sociabilidade e proteção social.

De acordo com Castel o grupo dos excluídos ou dos "inúteis para o mundo", bem como o processo de "vulnerabilidade social" surgiu com a chamada crise do trabalho, que se manifestou na perda dos instrumentos de proteção social, no aumento das desigualdades sociais, da incerteza social e econômica.

Nesse sentido, podemos afirmar que os professores de Sociologia temporários estão numa posição "vulnerável", integrados socialmente em momentos de trabalho e excluídos em tempos de não-trabalho/desemprego? Correndo o risco de serem postos à margem da sociedade se não encontrarem mais emprego?

Sennett (2000) nos mostra que o ambiente de trabalho moderno não permite que as pessoas desenvolvam experiências ou construam narrativas que façam sentido para suas vidas. Pensando no trabalho dos professores de Sociologia temporários, caracterizado por ter a duração de um ano letivo, muitas vezes sem possibilidade de continuação na mesma escola, questionamos se isso impede a construção de trajetórias profissionais e pessoais coerentes. Como garantir que o professor veja sentido naquilo que faz?

A quarta e última hipótese é a da falta de professores de Sociologia após a implementação da disciplina em todo o país, e particularmente no estado de São Paulo e em Campinas.

De forma geral afirma-se, tanto na imprensa como nos sindicatos, que há falta de professores de Sociologia. Mas, de acordo com as dados do MEC, podemos afirmar que há professores formados para ministrar aulas de Sociologia no ensino médio.

Em quatro anos, no período de 1999 a 2002, formaram-se 1.519 professores de Sociologia, no Brasil (Dados do Censo do Ensino Superior/MEC). Se nesses quatro anos foram formados cerca de 1.500 professores, quantos professores existem no Brasil, formados nos últimos 20 anos, desde a reformulação da lei 5692/71[9], em 1982?

Entretanto, os mesmos dados nos informam que no estado de São Paulo nenhum professor de Sociologia foi formado por qualquer uma das quatro universidades públicas (USP, UNESP, UNICAMP, UFSCar), nos parece que há problemas na coleta desses dados. Segundo dados obtidos na Diretoria Acadêmica da UNICAMP, nos anos de 1999 a 2002, formaram-se 99 professores de Sociologia por essa universidade. A PUC-Campinas, no mesmo período, formou 53 professores. Esse número é suficiente caso a disciplina seja implementada nas escolas da cidade?

9 Lei editada pelo governo militar de profissionalização compulsória do 2º. Grau (atual nível médio). Esta reformulação abre a possibilidade de inclusão da Sociologia nos currículos escolares (MORAES, 2003).

Em Campinas, de acordo com os dados fornecidos pelas Diretorias de Ensino, existem 94 escolas públicas de ensino médio[10]. Se cada escola pública de ensino médio tivesse um professor de Sociologia, Campinas teria número suficiente de professores para ministrar aulas desta disciplina. A UNICAMP, no período de 1999 a 2002, formou 99 professores e a PUC-Campinas, no mesmo período, formou 53 professores. Devemos levar em conta a formação em uma série histórica maior. Também devemos considerar que UNICAMP e PUC-Campinas formam professores para atuar não somente em Campinas e região, mas também em outras localidades, em escolas públicas e privadas.

Portanto, vimos que as mudanças no mundo do trabalho, especialmente a partir da década de 80, com a chamada flexibilização do trabalho, afetaram esse grupo já bastante vulnerável, considerando a instabilidade da disciplina nos currículos e a baixa demanda por professores de Sociologia no estado de São Paulo. O grupo dos professores de Sociologia, apesar de estar numa posição melhor do que o conjunto da população ocupada brasileira, segundo os dados PNAD/IBGE, 2004, no que se refere ao salário e a taxa de informalidade (trabalho sem carteira), ainda é um grupo precarizado, vulnerável em relação ao conjunto dos professores do ensino médio; e mesmo em relação a professores efetivos, de outros níveis de ensino. Encontramos professores de Sociologia que fizeram ou fazem outra graduação (regular ou complementação), como estratégia para se inserirem e continuarem no mercado de trabalho no campo do ensino (seja no ensino médio ou em outro nível de ensino). Também encontramos professores que trabalham em outras atividades além do ensino, como atividade principal ou complementar, uma vez que não têm como assegurarem a continuidade de seu trabalho e ou um número suficiente de aulas para se manterem.

O debate em torno da inclusão da disciplina como obrigatória nos currículos escolares insere-se no processo de institucionalização da profissão e nas possibilidades de ampliação do mercado de trabalho para os formados em Ciências Sociais, um grupo que sofre intensamente a falta de

10 40 escolas pertencentes à Diretoria de Ensino Leste e 54 à Oeste, sem contar escolas de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

estabilidade no trabalho, decorrente tanto da crise do trabalho, como da trajetória irregular da disciplina nas escolas.

Referências Bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

Brasil. CNE. **Resolução CNE/CEB no. 4/2006.** D.O.U., 21/10/2006, Seção 1, p.15.

Campinas. DRHU. Portaria 12/99. Atribuição de classes e aulas.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1998.

Jornal da APEOESP no. 266. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/jornal/index.htm>. Último acesso em: 15 de maio de 2008.

MACHADO, Celso de Souza. **O ensino de sociologia na escola secundária brasileira:** levantamento preliminar. Revista da Faculdade de Educação. Volume 13, número 1, janeiro-junho 1987.

Manual do Professor da Apeoesp. Março de 2007.

MORAES, Amaury César de. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. **Revista Tempo Social, USP**, abril 2003, p.5-20.

Revista Teoria & Educação no. 4, 1991, **Interpretando o Trabalho Docente.** Editor Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre, RS: Pannonica Editora Ltda. 234p.

São Paulo. **Indicação CEE no. 62/2006.** 20/9/2006. Câmara de Educação Básica.

São Paulo. Resolução SE no. 21/2002 e Deliberação CEE - 16, de 27/7/2001. Ensino Religioso.

São Paulo. Resolução SE no. 92, de 19-12-2007.

São Paulo. Resoluções no. 2 e no. 6. 2005. Matriz curricular nível médio.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2000.